



-----ATA nº05/2020-----

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas quinze horas, na Casa de Artes e Cultura do Tejo, em Vila Velha de Ródão, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
- 2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2020; -----
- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aceitação de transferências de competências para 2021; -----
- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aceitação da descentralização de competências 2021 - Saúde, Educação e Ação Social para a CIMBB; -----
- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2021; -----
- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2021; -----
- 7- ---Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
- 8-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
- 9-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão informando que esta tinha início a esta hora porque iria ser feita a apresentação do Plano de Estratégico de Desenvolvimento para Vila Velha de Ródão, que a Autarquia solicitara ao Instituto Politécnico de Castelo Branco. -----
- Em seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros Luis Manuel Calheiros da Cunha Andrade e Luis

Manuel Machado Brito Coutinho Dias, tendo ambos justificado a sua ausência e solicitada a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presentes os membros José Mendes Henriques e José Paulo dos Reis Dias.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação as atas da sessão ordinária realizada em 25/09/2020 e da sessão extraordinária realizada em 13/10/2020, previamente remetidas a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura.-----

---- Colocada a votação foi a ata da sessão realizada em 25/09/2020 aprovada por maioria, com 1 (uma) abstenção do membro Carlos Gonçalves por não ter estado presente e a ata da sessão realizada em 13/10/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Plano de Desenvolvimento Estratégico Municipal para o Concelho de Vila Velha de Ródão fora elaborado pelos Professores Celestino Almeida, Domingos Santos, Deolinda Alberto e Luís Quinta-Nova, Agradecendo também em nome da Assembleia Municipal a presença do Senhor Presidente do IPCB, Dr. António Fernandes.-----

---- Antes da apresentação deste trabalho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes, deixou uma palavra de agradecimento ao Dr. António Fernandes pela sua presença nesta sessão, bem como um agradecimento muito especial à equipa que esteve envolvida neste estudo, os professores Domingos Santos, Celestino Almeida, Luis Quinta-Nova e Deolinda Alberto, que já conheciam bem o concelho de Vila Velha de Ródão por já terem



estado envolvidos num outro trabalho anterior e que quando surgiu este desafio foi com entusiasmo e satisfação que o aceitaram. Este estudo surge passado cerca de 16 (dezasseis) anos sobre um outro feito em 2004 e pelo espaço de tempo que já decorrera pensava que já se justificava que se deveria voltar a ter um olhar estratégico do concelho. -----

----O Dr. António Fernandes, Presidente do IPCB, começou por cumprimentar todos os presentes agradecendo as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que esta Instituição estará sempre disponível para colaborar com a região e em particular com este concelho e era com honra e agrado que todos os envolvidos na elaboração deste estudo fizeram este trabalho. ---

----O Professor Domingos Santos começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer a oportunidade que lhes foi dada para elaborarem este estudo, procedendo em seguida a apresentação do mesmo. -----

----O membro Fernando Roma, em referencia ao ponto quatro deste estudo, que refere a proposta de projetos, nomeadamente a construção de uma nova zona de acolhimento empresarial, questionou o porquê de localizar esta em Alvaiade e não em Sarnadas de Ródão já que esta localidade possibilitaria um nó de transporte rodoviário e ferroviário. -----

----O Professor Domingos santos respondeu que Alvaiade surgiu como possível resposta à construção da barragem do Alvito pela sua proximidade e portanto haveria essa vantagem, no entanto reconheciam que de facto esta resposta estava pensada para Sarnadas de Ródão, mas como entretanto se falou da possibilidade de se avançar com a barragem do Alvito e em conversas com os vários agentes, nomeadamente com o executivo camarário, parecera que esta

proximidade poderia ser vantajosa para o conselho em termos de oferta de solo industrial.-----

---- O membro Carlos Gonçalves antes da sua intervenção, informou que prescindia da senha de presença nesta sessão, porque já hoje participara no plenário da Assembleia República.-----

---- Continuou, cumprimentando todos os presentes e em especial o Senhor Presidente do IPCB e todos os professores envolvidos na elaboração deste plano, dizendo que não iria falar muito sobre o mesmo porque apenas o vira agora e seria desonesto da sua parte fazer qualquer avaliação com uma leitura aqui em dois ou três minutos, mas gostaria de tecer algumas palavras sobre este estudo e em primeiro lugar o senhor professor dissera e muito bem, que este era um instrumento de apoio à decisão e isso era desde logo importante porque entendia que o Politécnico de Castelo Branco e praticamente todos os Politécnicos das regiões do interior, tinham um papel fundamental para o nosso território e as pessoas por vezes não mediam a importância que tinham os institutos politécnicos e por isso quando se fala muito em descentralização em Portugal poder-se-ia também pensar cada vez mais na possibilidade de propiciar a um conjunto de instituições académicas de poder nos seus territórios elas também terem capacidade de polarizar alunos e polarizar por vezes os melhores, porque é isto realmente que nós necessitamos e muito particularmente em distritos como o nosso que são distritos mais desertificados. Dizia isto porque sendo geografo de formação, quando estava a ver um plano estratégico e quando se estava a tratar do ordenamento de um território, que existisse pelo menos um mapa e alguns dados estatísticos que o senhor professor falou que foram fundamentais para análise e propostas que apresentaram, para que na leitura do documento se pudesse aferir



essas propostas com alguns números e muito particularmente, visualizar o território e saber de que forma a coesão territorial estaria garantida ou caminharíamos para uma maior coesão territorial através deste plano, sendo que este era um documento para apoiar à decisão e competia aos decisores tentar encontrar os locais adequados e o que gostaria realmente era de ver isso. Após uma leitura mais atenta poderia fazer uma análise política, mas isso será a sua análise, poderia concordar com alguns projetos, se calhar gostaria que estivessem outros projetos, mas entendia que estes territórios como o nosso deveriam contar muito com aquilo que era a rede hidrográfica para o turismo e lazer e para outras áreas. A relação transfronteiriça que nalgumas zonas da Europa tem sido fundamental e tem beneficiado muito os territórios, neste caso na raia portuguesa e espanhola, bem como uma relação com os outros municípios do distrito Castelo Branco, porque tínhamos a sorte de ter Castelo Branco ao lado mas também polarizava de tal maneira que nos criava aquele grande problema, nós temos emprego mas as pessoas viviam na cidade de Castelo Branco, além de que tínhamos um meio natural notável, pensando que se não tivéssemos aqui a indústria de papel seria realmente a zona de lazer do distrito de Castelo Branco. Como combinar a questão da Indústria que estava associada em termos ambientais a um lado um pouco negativo em todo o mundo, com a capacidade de trazer turistas e este era o grande desafio e algumas das propostas que apresentam vai nesse sentido. Salientou em seguida o ponto aqui falado pelo senhor professor na geminação com a cidade Finlandesa, que tem no aspeto industrial claramente um sentido estratégico, mas queria acreditar que depois com os contactos teríamos até alguns turistas finlandeses. No seu entendimento achava que a diplomacia Municipal teria que começar a

ser cada vez mais ativa e evidentemente Vila Velha de Ródão sozinha teria mais dificuldades. Mais disse que, em relação aos imigrantes, as coisas estavam a mudar muito, hoje já existiam várias geminações estratégicas, dando em seguida exemplo de algumas delas e portanto nesta matéria, Vila Velha de Ródão poderia ganhar se tenta-se encontrar claramente parcerias com alguns municípios para o tal mercado da saúde, mas faltava-nos um mapeamento correto de onde estavam os portugueses de uma região noutros países para poder favorecer esse trabalho, até para a marca que nós temos "Terras d' Oiro", ou seja, antes de cativar os portugueses no estrangeiro cativar os que são desta terra e se nós soubermos onde eles estão podemos ir um pouco mais longe.-----

---- O membro Ricardo Morgado começou por cumprimentar todos os presentes e em especial os professores do IPCB pelo estudo realizado, pelas diretrizes que trouxeram, bastaria viver intensamente o concelho de Vila Velha de Ródão para perceber que havia algumas diretrizes que realmente já estariam a ser seguidas e apesar de o documento só agora lhes fosse entregue, gostaria de dar algum contributo porque pensava que aquilo que se pretendia e desejava era o bem de Vila Velha de Ródão, ou seja o aumento qualitativo do nosso concelho, deixando algumas notas, sublinhando que a hipótese cada vez mais presente do teletrabalho hoje em dia poderia ser um dos veículos que o interior poderia aproveitar. Em seguida felicitou o trabalho de campo efetuado, porque estes estudos são extensos, morosos e cansativos e por vezes ficam na gaveta e ao auscultarem os diversos e diferentes setores deram-lhe uma abrangência mais uniforme, mas gostaria de muito sistemática e sinteticamente perceber que, os estudos, de uma maneira geral, têm que ser para aquilo que as pessoas querem e portanto têm que



valorizar aquilo que as pessoas gostam, ou seja podemos discutir muitos pontos mas temos que, ouvindo as pessoas, perceber aquilo que elas querem e aquilo que elas gostam, porque sem isso não fazia qualquer sentido todos os estudos que fossem apresentados. Na vertente empresarial e do emprego este é um conselho importador de mão de obra, em diversas áreas e se temos o *cluster* do papel temos que aproveitar e perceber que podemos ter os melhores profissionais nessa área, mas temos que contribuir para isso, destacando um dos pontos deste documento onde, na sua opinião isso é referido e que fala na intensificação da dinâmica da tripla hélice, criar e fortalecer redes de parcerias entre empresas, estabelecimentos de ensino, fundamental do ensino superior e organizações de administração pública de modo a promover a inovação e desenvolvimento tecnológico. No entanto teria que se pensar em como é que se iria articular isto e pensar que contributo é que as empresas poderão ter nessa mão de obra, porque as empresas querem rentabilidade e a mão de obra tem que render. Porque na parte da natureza, turismo e na marca "Terras d' Oiro" que hoje em dia está com uma projeção imensa, Vila Vela de Ródão tem trabalhado bem, mas se melhorar-mos este contributo, nomeadamente a nível da qualidade do ar, julga que Vila Velha de Ródão poderá ter uma projeção exponencial, porque não se pode perder mais tempo e só se faz testando e como tal tem que se fazer. -----

----O Presidente da Assembleia agradeceu mais uma vez ao IPCB na pessoa do seu Presidente a elaboração deste estudo. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal deixou como nota final que este era um documento aberto para suscitar a discussão e aquilo que se pretendia era que fosse amplamente analisado e discutido e assim todos possam contribuir para o desenvolvimento do concelho

deixando também e uma vez mais uma palavra de agradecimento a todos os que nele colaboraram.-----

---- O Professor Domingos Santos disse que estavam disponíveis para colaborar em discussões que queiram realizar sobre esta matéria e agradeceu a todos os que colaboraram neste estudo e em especial aos funcionários da autarquia que os acompanharam nalgumas diligências na elaboração deste processo.-----

---- Em seguida o Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a entrada de duas moções sobre as portagens na A23, apresentadas pelas bancadas da Coligação "Novo Rumo" e do Partido Socialista, tendo as mesmas sido aceites por unanimidade.-----

---- O Presidente deste Órgão passou a ler as mesmas, começando pela Moção apresentada pela bancada Socialista, que aqui se dá por transcrita e anexa à presente ata.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que em relação às responsabilidades ouvira uma vez mais o nome do Dr. Passos Coelho, mas tanto quanto sabia, quem era primeiro-ministro no verão de 2010 era o Engº José Sócrates e a questão de fundo era esta, quem governava e tomou todas as decisões foi o Engº Sócrates, quem nos levou para a situação em que todos estivemos foi o Engº Sócrates e não só, mas aparentemente o culpado era aquele que não tinha maioria no Parlamento, considerando que isso era uma forma quase de revisionismo histórico daquilo que se passou. Agora com o resto do texto, que era o fundamental, estavam de acordo e o essencial da questão era saber se devemos ou não devemos pagar portagens para o interior do país, quando o interior do país necessita claramente de arranjar forma de aproximar as zonas mais desenvolvidas como por exemplo o litoral e portanto nesta matéria a coligação "Novo Rumo" irá votar favoravelmente. Mais disse que se iria abster porque por



ser deputado da Assembleia da República participara nas votações das portagens do último Orçamento de Estado e esteve envolvido na discussão em torno dessa Matéria. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal, disse que a ideia que tirava da leitura desta Moção era de que não se criticava nem o Engenheiro Sócrates especificamente, nem o Doutor Pedro Passos Coelho, começava por falar no anúncio público do Doutor Pedro Santana Lopes, que era um grande defensor do IC8 e que até queria transforma-lo num IP. Assim, compreendia que sendo deputado e tendo votado estaria de certa forma condicionado, mas achava que nesta Moção e como se diz á boa maneira portuguesa, batia a todos sem exceção porque esta era uma realidade. Esta Moção refere uma responsabilidade transversal a todos os governos desde 2000, a todos os governos sem exceção e a responsabilidade que se atribui nesta Moção ao Dr. Pedro Passos Coelho não era nada do outro mundo, foi uma força de pressão para o voto favorável para orçamento do Engº José Sócrates passar. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que iria abster-se nas duas moções porque se estava condicionado numa também estava condicionado na outra. Quanto à questão do Dr. Santana Lopes recordou que independentemente de ter sido criticado na altura, fora ele que pela primeira vez deslocizou ministérios. Mas aquilo que contava nas Moções e o que interessava realmente era o que se podia aprovar e a questão resolutive da Moção é que era votada e, neste caso, ambas as Moções se referiam à redução das portagens e se possível a sua extinção e era a parte resolutive que se votava e que por vezes é aquilo que realmente conta e às vezes perdem-se nestas retóricas político-partidárias e depois as pessoas vão a ler e nem sequer percebem qual é a intenção dos proponentes da própria

Moção, mas se havia uma matéria em que estavam todos de acordo pensa que esta será uma delas.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a Moção era clara e pensa que o membro Carlos Gonçalves também saberá isso e lembrou que esta Assembleia tem tido uma postura de primeiro Vila Velha de Ródão e depois os governos, sejam eles de quem forem e enquanto puder ser assim vai continuar a ser assim.-----

---- Não havendo mais intervenções foi esta Moção colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do membro Carlos Alberto Silva Gonçalves.-----

---- Em seguida procedeu à leitura da Moção apresentada pela Coligação "Novo Rumo", que aqui se dá por transcrita e anexa à presente ata.-----

---- Não havendo intervenções e após votação foi esta Moção aprovada por maioria, com a abstenção do membro Carlos Alberto Silva Gonçalves.-----

---- Por solicitação da Câmara Municipal, foi proposto neste ponto, para análise, discussão e eventual aprovação da **Alteração às Regras para Atribuição de 18 Fogos Habitacionais na " Quinta da Torre Velha"**, tendo a sua entrada, após votação, sido aprovada por unanimidade.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta alteração tinha a ver com a questão da idade que deixará de ser um fator relevante para a atribuição das casas. Nas regras anteriores privilegiava-se as pessoas mais jovens, indo de encontro aquilo que tem sido as políticas do município, mas existindo um fogo que ficara por entregar no âmbito dessas regras, entendiam que fazia sentido agora deixar um leque mais aberto e não ter a questão da idade como privilégio que tinha nas regras iniciais, permitindo



assim a pessoas com idade mais avançada poderem usufruir também da possibilidade de ter habitação própria nas condições que a Câmara Municipal disponibilizava não ficando assim em desvantagem relativamente aos mais jovens. -----

----O membro Calos Gonçalves começou por saudar o anterior Presidente de Câmara Engº Vitor Carmona porque ainda o não tinha feito. Quanto a este documento solicitou esclarecimento sobre o porquê da inclusão da alínea k) do nº3 do artigo 15.º "Elaborar e submeter à apreciação do Presidente da Câmara Municipal propostas de resolução de interpretação ou eventuais omissões do presente regulamento" e porque só agora é que tiveram conhecimento desta alteração, solicitava que a votação das mesmas fosse separada por alíneas, visto que tinham muitas dúvidas quanto à alínea k) e pretendiam votar contra a redação da mesma e não tinha objeção às restantes alterações. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que era legítima esta proposta, mas ficava estupefacto quando se sentiam constrangidos com o ser o Presidente da Câmara a decidir e não se sentirem constrangidos quando é o presidente do júri a ter essa decisão. Ou seja, ficam mais confortáveis em ser o presidente do júri a tomar essas decisões que não tem que lhes dar satisfações, do que ser o Presidente de Câmara que tem que responder por isso, quer perante o executivo quer na Assembleia Municipal. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse compreender o que o Senhor Presidente da Câmara acabara de dizer, mas era lógico que independentemente das deliberações do júri as decisões serão sempre tomadas pelo Executivo e se houver algum problema a própria Assembleia Municipal poderá chamar aqui a discussão e portanto achava que isso era preferível, até porque não lhe parecia que

fosse complicar claramente um processo que até á data lhe parecia que até não estava a correr mal. Se tivessem o documento mais cedo poderiam ter outra opinião e por isso preferirem votar ponto a ponto, por isso iriam votar contra porque não queriam ficar associados esta decisão.-----

---- O membro Ricardo Morgado disse que a bancada do Partido Socialista iria votar contra a proposta apresentada pela bancada da Coligação "Novo Rumo", por acharem que esta alteração deverá ser votada na globalidade e que inclusivamente fora assim que a mesma foi votada e aprovada por unanimidade na reunião do Executivo.----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que o facto de ter sido votado e aprovado por unanimidade na Câmara Municipal não veicula que um deputado da Assembleia Municipal tenha que ter a mesma opinião de um vereador ou até do presidente do Executivo.---

---- Em seguida colocou a votação a proposta feita pelo membro Carlos Gonçalves em representação da bancada da Coligação do "Novo Rumo" tendo a mesma sido rejeitada por maioria com os votos contra da bancada do Partido Socialista.-----

---- Não havendo mais intervenções sobre este assunto e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos contra, dos membros Carlos Alberto Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias, ao abrigo do disposto na alínea i) do n°1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, a alteração das Regras para Atribuição de 18 Fogos Habitacionais na "Quinta da Torre Velha", aprovadas em reunião de Câmara de 12/06/2020 e pela Assembleia Municipal em 19/06/2020, e a retificadas em reunião de Câmara de 10/07/2020, e ratificadas pela Assembleia Municipal em 25/09/2020, nos seguintes



termos: -----
----1.º - A alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º passa a ter a seguinte redação: -----
----" a) Tenham idade igual ou superior a 18 anos"; -----
----2.º - O artigo 15.º n.º 3 passa a incluir a alínea k) com a seguinte redação: -----
----" k) Elaborar e submeter à apreciação do Presidente da Câmara Municipal propostas de resolução de interpretação ou eventuais omissões do presente regulamento"; -----
----3.º- O anexo I deixa de incluir o critério "Idade" -----
----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----
----**2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2020;** -----
----O membro Paulo Roberto solicitou mais algumas explicações sobre estas alterações referindo que as mesmas, por norma, prendiam-se com verbas dos fundos europeus que não eram entregues ou havia atrasos num ou noutro investimento, mas desta vez as implicações destas alterações são em grande parte no Plano de Atividades e assim gostaria de ser esclarecido o porquê desta situação. -----
----O Senhor Presidente da Câmara disse que as alterações mais significativas referiam-se às receitas que se previam arrecadar, nomeadamente na venda das habitações da "Quinta da Torre Velha" e na parte da despesa, às obras em curso que estão a decorrer a um ritmo mais lento ao que era esperado bem como à abertura de rubricas novas referente a projetos que irão ser lançados para o próximo ano mas que devido à necessidade de se avançar com a elaboração dos respetivos projectos tiveram que ser abertas ainda este ano. -----

---- O membro Paulo Roberto respondeu que isso já tinha entendido e que inclusive o tinha referido, o que tinha questionado era referente ao Plano de Atividades, salientando a título de exemplo a redução da despesa com o gásóleo e outros combustíveis.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a sua preocupação foi dar uma resposta abrangente à substância do documento e não ao detalhe do mesmo e a questão que colocara tinha obviamente a ver com a situação em que vivemos e com a redução das atividades do Município.-----

---- Não havendo mais intervenções, e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros Carlos Alberto Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de Despesa, com uma diminuição de 1.325.000,00€ (um milhão trezentos e vinte e cinco mil euros), a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, com uma diminuição de 1.325.000,00€ (um milhão trezentos e vinte e cinco mil euros), a 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com uma diminuição no valor de 93.300,00€ (noventa e três mil e trezentos euros) e a 3.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, com uma diminuição no valor de 1.125.000,00 € (um milhão cento e vinte e cinco mil euros).-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aceitação de transferências de competências para 2021;**-----

---- Não havendo intervenções e após votação, e no seguimento da em proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em



13/11/2020 relativo à transferência de competências e no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto que prorroga o prazo de transferências para as autarquias e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º56/2020, de 12 de agosto, a não aceitação, no ano de 2021, das competências previstas nos diplomas abaixo referidos: -----

----Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, referente à transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação; -----

----Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, referente à transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde. -----

----Devendo ser comunicada a decisão de não aceitação à Direção Geral das Autarquias Locais, nos prazos previstos na Lei para o efeito. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aceitação da descentralização de competências 2021 - Saúde, Educação e Ação Social para a CIMBB; -----

----Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, no seguimento da proposta apresentada pelo Conselho Intermunicipal da CIMBB relativa à descentralização de competências na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----Aprovar a proposta n.º037/2020/PD aprovada no Conselho Intermunicipal da CIMBB, na reunião n.º15/2020 realizada em 3 de dezembro, onde se deliberou no sentido de a CIMBB: -----

---- a)- Não exercer para o ano de 2021 as competências previstas no Decreto-lei nº 23/2019 (no domínio da saúde) e no Decreto-Lei nº 21/2019 (no domínio da educação), por se considerar que não estão reunidas todas as condições logísticas e de recursos humanos, bem como financeiras para assegurar a assunção das respetivas competências;-----

---- b)- Não exercer para o ano de 2021 as competências previstas no Decreto-Lei nº 55/2020 (no domínio da ação social), por não estarem publicados os despachos e portarias referidas no diploma, considerando-se que não estão reunidas todas as condições legais para deliberar sobre a assunção das respetivas competências.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2021;-----

--- O membro Carlos Gonçalves deixou um alerta para o que estava a acontecer com o pessoal ao serviço da Câmara Municipal, recordando que entre 2017 e 2021 as despesas com o pessoal aumentaram 760.000,00€ (setecentos e sessenta mil euros) e o efetivo subiu de 134 (cento e trinta e quatro) para 170 (cento e setenta), que no fundo eram 166 (cento e sessenta e seis), chamando a atenção para este facto, porque estas eram despesas fixas e estruturais que se vão prolongar ao longo do tempo e apesar de abranger um certo conjunto de serviços teria que existir uma racionalização de serviços e recursos humanos que deveria estar sempre na mente do Executivo. Mais disse que a bancada que representa iria votar favoravelmente, mas deixavam aqui este alerta, que já deixaram em anos anteriores, independentemente de não conhecer o quadro etário que poderá eventualmente no futuro permitir até que esta situação possa ser minorizada.-----



----O membro Ricardo Morgado disse que a bancada Socialista também tinha alguma preocupação com os montantes que estavam em causa, acreditando e confiando que a câmara municipal teria isso em consideração e sabendo que certamente haveria pessoas que pudessem vir a sair e que assim alguma desta despesa possa ser variável. ---

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a leitura dos dados era diferente consoante se comparava diferentes períodos de tempo e o que importava era analisar e perceber o que tem vindo a acontecer no Município. Hoje havia um quadro de exigências substancialmente diferente daquilo que tínhamos há uma década atrás, temos mais Infraestruturas que construímos e que têm obviamente que ter recursos para estar em funcionamento, temos áreas novas onde estamos a ser chamados a intervir com uma intervenção mais forte, como por exemplo na área social e aquilo que na sua opinião era importante seria perceber se os recursos existentes eram os necessários e estavam a ser bem geridos. Além disso era preciso não esquecer que durante um período substancial de tempo a função pública teve impedida de fazer contratações, o que levou à redução dos quadros que levou a que nos últimos anos se procedesse a uma recomposição dos mesmos, para também de que, de alguma forma se pudesse responder a esse esvaziamento que esse impedimento trouxe aos serviços. Assim se for feita essa análise e se diferirmos a mesma num período de tempo mais alargado pensava que a leitura era substancialmente diferente daquela que era feita num período mais restrito. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, deliberou, ao abrigo da alínea o) do n.º1 do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o artigo 29.º e 30.º da Lei n.º35/2014, de 20 de junho e do artigo 24.º da Lei

n°49/2012, de 29 de agosto, aprovar por unanimidade, as despesas de representação, bem como estrutura de Alteração ao Mapa de Pessoal, a respetiva caracterização dos postos de trabalho e os gastos com recrutamento de trabalhadores para novos postos de trabalho para o ano de 2021.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **6-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2021;**-----

---- O membro Paulo Roberto começou por agradecer aos técnicos que elaboraram o documento dizendo que o mesmo era perfeitamente legível e entendível e em termos de forma estava muito bem elaborado. Gostaria no entanto de deixar aqui como sugestão que ao nível de evolução, quer das receitas quer das despesas e para se poder fazer uma melhor comparação e evolução dos dados, se seria possível que não se colocasse só os dados referentes ao Orçamento de 2020 e 2021 mas eventualmente o real de 2018 e de 2019. Em seguida salientou dois pontos, sendo que o primeiro se referia a alguma incoerência que parecia existir entre o que era definido no documento, que referia em muitos pontos o desenvolvimento territorial, coesão territorial e o desenvolvimento do território variadíssimas vezes e depois verificava-se que ao nível dos investimentos, enumerando alguns, eram maioritariamente na sede do concelho, sendo da opinião que isto não tinha muito a ver com desenvolvimento do território e coesão territorial, apesar de concordar que a sede do concelho deveria ser valorizada. O segundo ponto tinha a ver com os bens de capital que, como o senhor Presidente já tinha referido, houve uma transição de bens de capital para o próximo ano, mas havia dois pontos que gostaria de salientar que era o facto de não só aqui mas em todas as coisas,



quando não se sabia o que queríamos classificar colocava-se em "outros", não sendo totalmente contra essa prática quando era difícil a sua classificação mas isto era se o valor fosse reduzido, agora quando estávamos a falar de 964.000,00€ (novecentos e sessenta e quatro mil euros) 674.000,00€ (seiscentos e setenta e quatro mil euros) em duas rubricas diferentes inscritos em "outros" parecia-lhe um pouco difícil de entender. -----

----O membro Maria José Sobreira começou por cumprimentar todos os presentes e em seguida disse que na sua opinião este era um orçamento realista, ambicioso e capaz de dar continuidade às políticas implementadas pelo Executivo, tendo em seguida destacado alguns dos investimentos referidos nos documentos e que considera de relevância para o concelho. Referiu também que a parte que consideraria menos positiva deste Orçamento era o setor das despesas correntes e das receitas correntes, verificando que realmente as despesas têm aumentado substancialmente, o que era normal uma vez que o Orçamento também aumentara, mas a receitas correntes têm vindo a diminuir e não havia nada a fazer nesse campo. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que não havia dúvidas que este era um Orçamento de continuidade. O senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que se deveria analisar as coisas num espaço temporal mais alargado, mas estávamos no fim do mandato e portanto referira-se a 2017 para se poder comparar estes 4 anos, independentemente de algumas medidas, como por exemplo, as relacionadas á questão demográfica, era uma das matérias que não se resolvia só num período de 4 anos, são medidas lentas que têm resultada a médio e longo prazo e que têm que ser tomadas em estreita colaboração com o governo central e com os concelhos

limítrofes. Frisou que as despesas de funcionamento eram de 55% (cinquenta e cinco por cento) percebendo-se desde logo que o peso excessivo no Orçamento total das despesas de funcionamento limitava a ação da governação Municipal. Realmente o investimento aumentou mas o investimento era apenas um terço do Orçamento e a questão de fundo era que o mesmo estava muito centrado na sede do concelho e apesar de não ter nada contra a sede do concelho, achava que as outras freguesias deste território deveriam elas também merecer investimentos e perspetivar o desenvolvimento do concelho em todo o seu território que era amplo mas que infelizmente tem poucas pessoas. Nas próprias opções de investimento teria que se pensar que a diversificação das nossas atividades económicas era fundamental, tínhamos a sorte e ao mesmo tempo as partes negativas de ter aqui um *cluster* do papel, mas era evidente que se necessitava claramente de outras atividades que pudessem criar um empreendedorismo e uma dinâmica capaz de fixar as pessoas. Assim, quando vemos aquilo que é executado em termos de investimento e comparado aos orçamentos dos anos anteriores, verificava que não havia grande diferença e por vezes até apareciam algumas coisas um tanto ou quanto repetidas, referindo também que as receitas correntes baixavam 385.000,00€ (trezentos e oitenta e cinco mil euros) e as despesas aumentavam em 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros) e como tal era claramente um Orçamento de continuidade. Mais disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal optara por não fazer uma apresentação política inicial e esperou que os membros deste Órgão fizessem as suas intervenções e tinha todo o direito de o fazer, mas achava que à luz daquilo que analisavam pelos documentos, porque o Executivo terá outras informações, este era um orçamento que seguia os anteriores e ao fim de 4 anos necessitava-



-se de uma viragem para que o conselho não seja praticamente a mesma coisa à 4, à 8, à 12 e à 16 anos. Continuou, dizendo que os membros da bancada da Coligação "Novo Rumo" se iriam abster e só não votavam contra porque causa da situação da pandemia e que nos últimos Orçamentos têm sempre dito que queriam permitir que o Executivo Municipal tivesse todas as condições para tomar as decisões que entendesse, faziam uma oposição construtiva com um debate por vezes mais aceso, mas não os podiam acusar em momento algum nestes 3 anos, de terem impedido o atual Executivo de proceder a um certo conjunto de decisões, não utilizavam a praça pública nem a comunicação social para atacar os eleitos porque entendiam que deveriam ter todas as condições para trabalhar e aí concordava completamente com as palavras do Presidente da Assembleia Municipal quando diz que antes dos partidos estava o nosso território. Para sustentar o seu discurso, falou sobre um estudo, já com alguns anos, que fazia uma análise aos vários concelhos de Portugal, nas áreas dos negócios do turismo e do viver. Finalizou dizendo que teria que se entender que este conselho teria que ter políticas diferentes para alcançar objetivos diferentes, independentemente dos objetivos que o atual Executivo definia. -----

----O membro Fernando Roma referiu que no ano passado fora dito que o investimento com as habitações da "Quinta da Torre Velha" era limitativo a algumas reivindicações e sugestões que fizera, assim continuava a reivindicar mais investimento nas freguesias a fim de evitar a desertificação, o desinteresse e o abandono de casas conforme se tem vindo a verificar. O senhor Presidente da Câmara Municipal em dezembro de 2019, dissera que estava atento às freguesias e a dar resposta às prioridades conforme a

disponibilidade, mas o que se constatava era que ano após ano, a resposta às sugestões e pedidos tem sido sempre a mesma e continuava-se a verificar que as grandes opções do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não do Plano, eram as obras na sede do concelho às quais não tinha nada a acrescentar.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que se deveria fazer uma análise dos dados que constavam deste documento e não falar de coisas que não são apresentadas. Mais disse que se sentia confortável com o que aqui era apresentado e com estratégia seguida e que os indicadores de resultados falavam por si, o conselho é elogiado em todos os fóruns onde tem estado presente independentemente da cor política das pessoas, achando que deveria haver alguma coerência naquilo de que se falava. Quando se falava de coesão e se criticava este Orçamento por não ser um Orçamento que não defende a coesão de um concelho e se leve isso apenas para as obras, só podia dizer uma coisa, quando na apreciação que fizeram no ano passado do Orçamento, na apreciação que o senhor vereador fez este ano na discussão do mesmo na câmara municipal onde disse que era um orçamento de betão, ficava com muitas dúvidas do que é que queriam, ou um orçamento de betão em todo lado ou querem um Orçamento de coesão, porque na sua ótica a coesão não se fazia apenas com betão fazia-se também com políticas sociais, apesar de, obviamente, as obras serem importantes para a coesão mas as políticas sociais eram tão ou mais importantes que as obras. Em relação às freguesias era perceptível que a estratégia tem sido focada no investimento na sede do concelho porque foi aqui que se concentraram os investimentos que criaram empregos e como tal foi aqui que houve necessidade de dar respostas aos desafios que esses investimentos nos lançaram. Mas a verdade é



que isso não impediu que esse enorme esforço prejudicasse o investimento nas freguesias, dando o exemplo algumas obras, nomeadamente, a construção da rede de saneamento na Silveira, a aquisição do Lagar das Burras no Fratel, a existência de dois loteamentos aprovados em Fratel e a intervenção em caminhos na freguesia de Sarnadas de Ródão e da resposta que foi dada pela Autarquia aquando do encerramento do Centro de Dia de Sarnadas com as obras reabilitação da antiga escola. Assim, achava que as críticas de falta de investimento nas freguesias era uma questão que não tinha razão de ser e estaria muito mais preocupado se o Município ao longo destes últimos anos não tivesse conseguido dar as respostas que deu ou tivesse um desequilíbrio orçamental ou de endividamento e nada disso se verificava. Em referência ao que foi dito em termo de políticas diferentes, disse que era verdade que era um Orçamento de continuidade, mas era consubstanciado em propostas, poderia ou não concordar-se com elas, mas passado 3 anos também esperava mais que uma observação destas, esta era uma crítica que não acrescentava nada e que apenas denotava que não havia políticas diferentes, aquilo que havia era uma crítica legítima mas que se esperava fundamentada, objetiva e com propostas e essas sim diferentes e não se apercebera até hoje e ao longo destes 3 anos uma proposta diferente. A estratégia para com as preocupações consubstanciava-se numa estratégia objetiva, que estava a ser implementada, com respostas e com resultados, mas de facto até hoje não conseguira ainda perceber uma ideia que contrariasse aquilo que se estava a implementar e lamentava que não se reconhecesse aquilo que estava a ser feito no nosso concelho nas mais diversas áreas. -----

----Quanto à questão da apresentação do Orçamento, pensava que

apesar de ser um documento técnico, tinha uma parte escrita bastante explícita e de fácil leitura, bem como quadros comparativos perceptíveis daquilo que era proposto e estava disponível para todas as questões que queiram colocar.-----

---- Em relação á questão colocada pelo membro Paulo Roberto respondeu que todas as despesas e investimentos estavam explicitados nos quadros do Orçamento e que essa descrição obedecia a regras definidas, tendo a Drª Fernanda Neves dado uma explicação mais técnica a esta questão.-----

---- O membro Paulo Roberto disse ter compreendido as explicações técnicas que foram dadas e deixava como sugestão que numa próxima situação, estes valores fossem apresentados e respeitando os princípios a que estão legalmente obrigados, com uma leitura de mais fácil compreensão.-----

---- O membro Ricardo Morgado disse que a pandemia não era desculpa para tudo, mas apareceu numa altura em que o Orçamento de 2020 estava a decorrer e que teve que ser ajustado e certamente que para 2021 com todas as incertezas que prevaleciam não seria um ano fácil, salientando o facto de mesmo nesta conjetura, a Autarquia continuar a ter uma politica de apoio social e ao associativismo muito forte, deixando uma palavra de confiança ao Executivo para a execução deste Orçamento.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que o Orçamento era o principal instrumento político do Executivo e antes de qualquer intervenção por parte do membros deste Órgão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deveria fazer uma intervenção de fundo a explicar qual a sua linha orientadora e a sua estratégia e de que forma é que este documento iria ao encontro daquilo que defendia, mas opta que os membros façam um conjunto de perguntas e depois



ainda fazia uma exigência que achava interessante que era que esta bancada não tinha nenhuma proposta e teriam que ter propostas alternativas, depreendendo pelas suas palavras que, tendo o Município tantos funcionários, ainda teriam que ser os quatro membros desta bancada que a partir de agora teriam que definir as políticas do Executivo para dar a volta a isto. Mais disse que achava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não estava muito confortável com o próprio documento, primeiro porque não fez a apresentação prévia do mesmo, a apresentação política na defesa de um projeto e daquilo que entendia para Vila Velha de Ródão e em segundo na dificuldade que teve em responder a uma questão que envolvia uma verba significativa deste Orçamento e que eventualmente estará explicado no documento, tendo esta explicação sido dada por uma técnica da Autarquia. Parecia-lhe que neste momento não seria do lado desta bancada que estaria o problema pois tinham viabilizado os orçamentos todos e lamentava que o principal ator político e responsável da política relativa ao Concelho de Vila Velha de Ródão não tivesse tido o cuidado de antes fazer uma apresentação política, defender aquilo que foi bem feito, defender as dificuldades, eventualmente contrapor por alguns problemas que tinha porque o estado Central não correspondia à vontade e aos interesses dos portugueses que residem nas regiões do interior nomeadamente neste concelho e era isso que se esperava. Continuou, dizendo que na última Assembleia tinha apelado à população para o cumprimento das regras de saúde na prevenção da pandemia e pensava que apesar de já ter havido alguns casos, no nosso concelho as coisas estavam a correr bem, mas era preciso que assim continua-se porque de um momento para o outro esta situação podia mudar e era fundamental que a população do concelho se continuasse a comportar

da mesma forma como o tem feita até agora, em particular no período de natal, receando que, não só em Vila Velha de Ródão mas em todo o território, pudesse vir a existir consequências graves e nesta área o Município esteve atento e prestou apoio às pessoas deixando assim uma palavra de apreço pelo trabalho realizado pela Autarquia.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que pela intervenção do membro Carlos Gonçalves não conseguia perceber uma razão que pudesse suscitar o debate e que uma vez mais se limitara à forma como o documento era apresentado e era óbvio que tinha todo o direito de ter uma opinião diferente, mas gostaria de perceber essa diferença.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que quem tinha a responsabilidade de responder pelo documento era o Senhor Presidente e esta era a principal função do Presidente do Executivo e com esta responsabilidade implicava todos aqueles que estavam no Executivo e dos membros desta Assembleia Municipal. E a relação do Senhor Presidente de Câmara nesta Assembleia Municipal não era só com a bancada da oposição mas sim com todos os membros que constituem este Órgão, porque eles iriam-se abster, mas o senhor Presidente iria levar consigo a responsabilidade daqueles que iriam viabilizar este Orçamento.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que em relação ao documento, a intervenção do membro Maria José Sobreira era demonstrativa de que este era claramente perceptível não havendo dúvidas sobre a estratégia do Município.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que esta era a discussão aqui havida foi puramente política daquilo que era o mais importante para Vila Velha de Ródão que eram os Documentos Previsionais e o Orçamento que ano após ano têm vindo a ser



respeitados e executados. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, os Documentos Previsionais para o ano 2021, constituídos pelo Relatório do Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Orçamento, Normas de execução do Orçamento, Mapa das entidades Participadas e Nota explicativa, que antecedem, foram presentes à Assembleia Municipal realizada em 18/12/2020 e foram nos termos da alínea a) do n.º1, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovados por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 5 (cinco) abstenções, dos membros, Fernando dos Santos Roma, Carlos Alberto Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----7-*Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;* -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n.º1, a situação financeira, reportada à data de 10 (dez) de dezembro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 7.462.108,68€ (sete milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e oito euros e sessenta e oito centimos), dos pagamentos efetuados de 7.549.975,64€ (sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco euros e sessenta e quatro centimos) e do saldo reportado a 10/12/2020 de 2.273.460,71€ (dois milhões, duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta euros e setenta e um centimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 182.097,62€ (cento e oitenta e dois mil, noventa e sete euros e

sessenta e dois cêntimos). No n°2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais.-----

---- O membro Paulo Roberto questionou qual o ponto da situação da pandemia no nosso concelho, deixando como sugestão e para evitar especulação dos dados, se se poderia utilizar o *site* da Autarquia para prestar essa informação devidamente atualizada.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que esta era uma situação muito variável, referindo que a Autarquia adquirira testes que possibilitava o rastreio e possível identificação das pessoas infetadas permitindo rapidamente circunscrever os focos de contágio. Em relação à disponibilização dessa informação no *site* não achara relevante difundir a mesma visto já existir nas redes sociais informação credível e com base na DGS.-----

---- O membro Ricardo Morgado felicitou o Executivo pelo sucesso que foi a realização do campeonato do Mundo de Motonáutica nesta Vila e questionou se havia indicadores sobre a situação dos vários agentes económicos do nosso concelho em relação à forma como esta pandemia os estaria a afetar.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o impacto da pandemia na atividade económica tem sido muito relevante, apesar de junto das empresas que tinham uma área mais industrial não ter tido um reflexo na dinâmica das mesmas. Nos setores do turismo, e aos agentes ligados aos produtos endógenos percebera da preocupação dos mesmos e do impacto que teve na sua atividade, apesar de que nos meses de verão o turismo e a atividade hoteleira beneficiaram de uma maior procura por destinos com uma menor densidade



populacional, mas a partir de finais de setembro verificou-se novamente uma quebra muito significativa nesta área. Por parte do Município tem havido um acompanhamento da situação, tendo também procedido ao lançamento da loja *online* das marcas "Terras d' Oiro" para, de certa maneira, dar uma resposta ao escoamento de produtos provenientes dos produtores locais. Em relação aos concessionários instalados nos espaços do Município, nomeadamente os que estão a explorar os quiosques, nos meses de verão estiveram isentos do pagamento das respetivas rendas e nos meses de inverno as mesmas foram reduzidas em 50% (cinquenta por cento), medida que não abrangeu o concessionário do Restaurante no Cais. -----

----Salientou também o apoio substancial que o Município tem vindo a dar aos bombeiros e às IPSS's do concelho e do esforço, quer financeiro quer ao nível dos recursos humanos, que estas instituições têm feito e em especial os lares de idosos que adotaram regras mais rígidas para conseguir proteger os seus utentes e que até ao momento têm dado resultado. -----

----O membro Fernando Roma questionou se já havia dados sobre os resultados do sistema de controlo ativo fugas de água. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor José Manuel Alves, Vice-Presidente do Executivo, porque estes é que estava a acompanhar essa situação, tendo estes dito que a Autarquia tinha contratualizado à EPAL a implementação de um sistema de controlo de fugas de água uma vez tínhamos cerca de 48% (quarenta e oito por cento) de quebras de água, sobretudo em Vila Velha de Ródão, e neste momento, só na parte superior da Vila que era a área que estava a ser monitorizada, conseguira-se numa só intervenção eliminar a perda de cerca de 6000m³ (seis mil metros cúbicos) por mês, o que se traduzia numa redução para mais ou menos

de 37% (trinta e sete por cento), estando previsto para o início do ano uma nova contratualização dos serviços da EPAL agora para a parte inferior da vila o que nos irá permitir, se tudo correr conforme esta primeira fase, reduzir para cerca de 20% (vinte por cento) as quebras de água em Vila Velha de Ródão. Salientou também que o resultado foi tão positivo que o valor investido neste sistema, só no prazo de mês e meio, fora já recuperado.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo-se ao lançamento do livro da autoria do membro desta Assembleia Municipal, Vitor Marques, apresentado no Museu do Azeite, em Sarnadas de Ródão, deixou uma palavra de apreço e parabéns ao mesmo por esta iniciativa.-----

---- **8-Outros assuntos de interesse para o Município;**-----

---- O membro Joaquim Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Perais, falou sobre a proposta patrocinada por alguns autarcas para a construção de uma ponte de ligação entre a região da beira baixa ao norte alentejano e conseqüentemente á vizinha Espanha, tendo dado informação sobre o estudo e projeto já efetuado que tinha em mãos e que disponibilizou aos membros que assim o desejassem. Na sua opinião achava que este projeto era importante e exequível e teria um valor global de construção a rondar os 6 milhões de euros.

---- O membro José Paulo Dias questionou uma vez mais para quando o arranjo dos caminhos na zona da charneca que após a passagem da prova da "baja TT", continuavam intransitáveis, questionando também quando é que procederiam à regularização horária da iluminação pública, em particular na zona das bombas de combustível e rotunda à saída da Vila e informou da falta de iluminação no Largo do Mártir, referindo-se também ao aumento da pressão na rede de fornecimento de água que era excessiva podendo criar assim



problemas aos munícipes. -----

----O membro Ricardo Morgado solicitou mais informação sobre a situação da CENTROLIVA, lamentando a forma como entretanto uma vistoria feita a esta unidade industrial fora feita. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pelo membro José Paulo Dias dizendo que, em relação ao arranjo dos caminhos estavam a ser tratados com as Juntas de Freguesia e estavam devidamente identificados e ainda não tinham sido reparados porque as condições climáticas o não tinham permitido. Quanto à iluminação, esta situação já tinha sido reportada à EDP e no que se referia à pressão da água na rede de distribuição já lhe tinham reportado este problema. Em relação à CENTROLIVA disse que uma vez esgotados todos os cenários possíveis e que justificavam uma decisão que viesse ao encontro das preocupações que aqui têm sido transmitidas e na ausência de uma ação mais objetiva das entidades fiscalizadoras e das que têm obrigações no âmbito do licenciamento, teve que se recorrer à litigância e quando se apercebera que havia fragilidades numa licença de 2011 que poderiam ser argumentadas pela Câmara Municipal e que nos permitiam pedir a nulidade da mesma, que era algo que podia ser feito por qualquer interessado, contactara um gabinete de advogados especialista na área do direito administrativo e à cerca de um mês foi submetida uma ação em tribunal para pedir a nulidade da licença. No caso de provimento do tribunal significava que a empresa terá que cessar a sua atividade e fazer novo processo de licenciamento. Deu também nota que a Autarquia tinha processos em curso com empresa e no próximo dia 15 de janeiro iria ser feita uma primeira audiência em tribunal relacionada com uma providência cautelar que a empresa tinha e que estava a impedir a atuação da

Câmara Municipal num dos seus domínios que era o licenciamento urbanístico e que este gabinete de advogados entendera que se poderia pedir a suspensão dessa providência cautelar porque, de acordo com interpretação deles, os motivos que levaram os juizes a decretar a providência cautelar já não se mantinham válidos e se as coisas correrem bem este travão que a empresa tinha perdia o seu efeito e abria a perspectiva de, naquilo que era o domínio urbanístico, continuar com as ações que tinham pendentes, recordando em seguida todas as diligências que tinha feito junto do Ministério Público nas várias estâncias e até hoje, decorrido cerca de um ano, ainda não havia resultados destas iniciativas.-----

---- O membro José Paulo Dias questionou em que ponto estava a entrega das casas da "Quinta da Torre Velha" aos seus proprietários porque alguns pensariam que já lá iriam passar o Natal mas pelos vistos isso não irá acontecer.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal não percebeu a questão visto que já foram assinados os contratos de promessa de compra e venda com todos os dezassete futuros proprietários há cerca de três semanas e estavam a decorrer neste momento os respetivos processos de financiamento junto das entidades bancárias, bem como o processo administrativo referente às escrituras e na altura foi dado um prazo de três meses para todo este processo estar concluído, assim se algumas pessoas tinham essa expectativa, a mesma não foi criada pela Câmara Municipal.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal em referência à loja *online* da marca "Terras d' Oiro" e na qualidade de empresário estava satisfeito tendo superado todas as suas expectativas, dando em seguida a palavra À Senhora Vereadora Dr^a Ana Luísa Marques para mais informações sobre o seu funcionamento.-



-----A Drª Ana Luísa Marques após cumprimentar todos os presentes, disse que o funcionamento da plataforma da loja *online* era muito intuitiva e que estava a correr muito bem e que até ao dia de ontem já tinham sido vendidos mais de 5.000,00€ (cinco mil euros) em cabazes de Natal e hoje mais 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), portanto estes dados eram elucidativos do êxito desta loja, tinham inclusive já rutura de stock de alguns produtos. Mais informou que a partir de hoje já não se conseguia fazer chegar os cabazes até à altura do Natal via CTT mas as pessoas poderiam adquirir os mesmos diretamente na loja física situada no Posto de Turismo da Autarquia. -----

-----9- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento; -----

-----A Srª Leonor Aragão começou por questionar e sabendo que era da competência do Presidente deste Órgão a marcação das sessões, porque é que esta foi marcada para este horário, porque poderia ser impeditivo para que as pessoas pudessem assistir à mesma, questão esta que já tinha colocado via *e-mail* dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao qual não obtera resposta. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que como a munícipe disse e muito bem, competia ao Presidente deste Órgão a marcação das sessões para a data e horário mais adequados para o bom funcionamento da Assembleia Municipal e foi o que acontecera hoje para permitir a apresentação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, elaborado pelo IPCB, e prevendo que seria uma sessão mais longa, entendera que seria mais benéfico a mesma ser realizada neste horário. Em seguida referiu que já em mandatos anteriores estas sessões também tinham tido horários diferentes àqueles que normalmente agora eram praticados e

ele próprio, na altura membro deste Órgão, também reivindicava que estas deveriam ter um horário pós-laboral para permitir a presença de público. Mais disse que não respondera ao seu e-mail porque poderia muito simplesmente ter entrado em contacto com ele e questioná-lo diretamente.-----

---- A Sr^a Leonor Aragão continuou, elogiando a Autarquia por estar a promover os produtos regionais através da loja on-line e questionava de que forma é que os produtores poderiam colocar os seus produtos nessa plataforma. Em relação aos postos de trabalho questionou se estariam previstos investimentos noutras áreas diferentes àquelas que já existiam para possibilitar uma diversificação maior na oferta de emprego.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder que os produtos vendidos na loja on-line eram os de todos os produtores locais convidados e que tinham aderido à marca "Terras d' Oiro", mas qualquer produtor do nosso território poderia contactar o Município manifestando interesse para aderir à mesma.-

---- Quanto à questão dos empregos, neste momento a preocupação de algumas empresas instaladas no concelho era na dificuldade de arranjar mão de obra, inclusive na área do turismo e nalguns investimentos que já estavam a decorrer já havia essa preocupação. Naquilo que eram os investimentos em Vila Velha de Ródão, obviamente que desde que o empresário queira correr o risco de investir no concelho a Câmara Municipal estará sempre disponível para viabilizar o seu investimento e possibilitar a criação de emprego desde de que as questões ambientais estejam devidamente acauteladas.-----

---- O Senhor Vítor Carmona começou por cumprimentar todos os presentes e mostrou-se agradado com o decorrer dos trabalhos desta



sessão e com a apresentação que foi feita pelo Politécnico Castelo Branco, achando que este era um documento interessante e que valeria a pena ser analisado em profundidade e provavelmente fazer chegar depois à Câmara Municipal a opinião crítica sobre o mesmo. Referiu também e no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Perais, que na altura em que foi autarca neste Município existia um estudo de impacto ambiental sobre duas opções referentes ao projeto que referira da construção da ponte e respetivos acessos e que, se assim o entendesse e a Câmara Municipal autorizasse, poderia dar uma ajuda no projeto que agora estava a decorrer. -----

----Referindo-se ao aspeto social do nosso concelho, disse que todos sabiam que a Autarquia tem vindo a fazer um esforço no sentido de apoiar várias iniciativas e inclusivamente na área social, mas havia uma questão que merecia, na sua opinião, uma atenção muito especial e dado que estávamos a viver um momento de pandemia, achava que ficava muito bem à Câmara Municipal dar um miminho aos nossos idosos que estavam de uma maneira geral, os que podem, nos lares do nosso concelho e daí de certa forma prestarem apoio ao emprego local e muitos até poderiam não estarem lá devido aos seus rendimentos serem bastante baixos e como forma de aliviar essa situação, a câmara Municipal, na sua opinião, deveria ser sensível a essa questão e apoiar, na medida do possível, os nossos idosos já que foram eles, de alguma maneira, durante a sua vida que ajudaram ao desenvolvimento do nosso concelho. -----

----Outro assunto que inclusive já tinha reportado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e que na sua opinião não tinha justificação, era que na lateral da antiga IP2, entre o Peroledo e onde terminava o pavimento de alcatrão e não sabendo porquê, do

lado esquerdo foi limpo, mas do lado direito que era uma área bastante interessante porque tinha muitas árvores de espécies autóctones, nomeadamente sobreiros que precisavam de ser limpos e tratados no sentido de no futuro serem árvores com um porte vegetativo extraordinário, só que eles estão rodeadas de silvas e na altura o senhor Presidente disse que o problema ia ser resolvido mas o que era facto é que até à data tudo estava na mesma, esperando que neste Orçamento onde estão previstos outros investimentos isso esteja contemplado, porque era extremamente fundamental que, quer nas áreas urbanas quer nas áreas rurais, as coisas estejam ordenadas e esta situação era um exemplo de desordenamento.-----

---- Em relação à questão florestal que muito se tem falado ultimamente, era da opinião de que muito havia para fazer, inclusivamente o Senhor Secretário de Estado das Florestas pretende agora implementar um projeto de ordenamento da paisagem e inclusivamente tinha a ver com os fogos passaram por algumas áreas aqui do nosso distrito, não propriamente com o nosso concelho mas mais com os conselhos que confinam com o nosso e dado que a nossa área ardida não é a do verão passado, não foi possível integrá-la nesse projeto, mas achava que a Autarquia deveria fazer todos os esforços neste sentido e tentar que essa situação chegasse ao nosso concelho. O ordenamento do espaço não poderia ser só os núcleos urbanos, era fundamental que a paisagem rural, de uma maneira geral, devesse estar devidamente ordenada e também por essa via gerava riqueza. Mais disse que na parte florestal e no caso particular de Vila Velha de Ródão, que tem aqui um *cluster* da pasta do papel, era extremamente importante que o setor florestal fosse tido em linha de conta como um grande potencial e se for associado



eventualmente à pecuária, ainda seria mais. Dado que agora tínhamos o problema das alterações climáticas, na sua opinião, achava que uma das formas de combater esse flagelo era ter, de uma maneira geral, as florestas devidamente ordenadas e a área da pecuária a interagirem em conjunto e se assim for, com certeza que toda a região ganhava, o emprego surgia e a paisagem ficava muito mais humanizada. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que em relação ao projeto aqui apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Perais e que o Engº Vitor Carmona dissera existir na Câmara Municipal um estudo sobre este assunto, disse que já no mandato da Drª Maria do Carmo isso tinha sido alvitado mas não o tinham encontrado, havia sim um projeto do tempo do Inspetor Baptista Martins mas já estava desatualizado, mas também já não interessava porque a realidade agora era outra, concluindo que achava este projeto interessante e de uma mais valia para este território, esperando que houvesse sensibilidade para se perceber a importância do mesmo para os concelhos abrangidos e que da parte desta Autarquia houve esse compromisso com os promotores do mesmo no envolvimento neste projeto para que o mesmo se concretize. -----

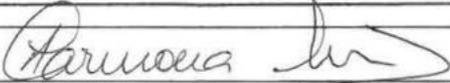
----Mais disse que se identificava com a preocupação aqui transmitida em relação aos idosos e que desde a sua experiência como provedor da Santa Casa da Misericórdia, acompanhara de perto esses drama e que só acompanhando de perto essas situações é que tinham uma perceção diferente da sua dimensão e a questão aqui prendia-se muitas vezes com os instrumentos para de alguma forma podermos implementar essas medidas com justiça e não cair em situações de Injustiça e não era fácil termos esses instrumentos. No entanto, tem-se garantido de alguma forma essa solidariedade

social que era devida aos idosos, com o financiamento das instituições permitindo às mesmas resolver os problemas, permitindo-lhes ter mensalidades de alguma forma acessíveis aos idosos, mas sabia que seria preciso ir mais longe, mas também teriam que ter instrumentos que lhes permitissem garantir a justiça social e estavam inteiramente disponíveis para naquilo que eram os regulamentos sociais da Câmara Municipal, trabalhar essas questões. Quanto à limpeza das paralelas que falou, havia esse compromisso, mas entretanto veio o verão e assim a impossibilidade de se realizar a mesma, apesar de não ser uma responsabilidade da câmara municipal, mas tendo em atenção a preocupação que nos tinha transmitido da importância das árvores que estavam envolvidas pelos silvados e na valorização do espaço, mas ainda não tinha sido feita porque também tem havido por parte dos serviços constrangimentos operacionais e um acréscimo de trabalho relativamente aquilo que tem sido a nossa intervenção na limpeza das faixas secundárias obrigatório por lei, mas este caso não estava esquecido.-----

---- Quanto às floresta deu conta que na passada sexta feira tinha estado num debate muito interessante no Politécnico em Castelo Branco que culminou com a intervenção do senhor Secretário de Estado, que apresentou aquilo que são as novas medidas para o território nessa área e que eram importantes, e percebendo que teria que haver um critério para o início da implementação dessas medidas, que neste caso seria a dimensão dos incêndios do ano passado, achava de alguma forma injusta, em particular para o nosso concelho, porque de facto também fomos fustigados nos anos anteriores por incêndios de grandes dimensões e ficamos de fora dessa parte inicial. Mas apesar disso não quer dizer que não se esteja a fazer o trabalho para quando essa intervenção for alargada

o município de Vila Velha de Ródão ter as condições para avançar. Independentemente destas medidas tem-se estado a trabalhar nessa área, dando o exemplo da intervenção que se estava a fazer na Serra da Achada com os meios do município e com outras candidaturas que têm feito e também na prevenção estrutural através da Comunidade Intermunicipal que neste momento tinha duas brigadas, uma que tem estado a trabalhar nos concelhos de Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova e Oleiros e outra nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor, mobilizando cerca de 30 (trinta) operacionais numa ação quer de prevenção quer de vigilância e esta era uma área que, quer o Município quer a Comunidade Intermunicipal, têm dado aqui significativos paços na prevenção e estruturação da floresta, mas era necessário ter aqui um enquadramento legal que acima de tudo também assegurasse o seu financiamento, porque as medidas que têm vindo até hoje, têm tido um apoio financeiro claramente insuficiente para aquilo que são as necessidades de investimento no território nessa área e sem haver aqui um esforço sério também da administração central no sentido de suportar financeiramente estas intervenções as mesmas ficariam sempre muito aquém das expectativas e daquilo que de facto o território necessitava. -----

----Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal desejou um bom Natal a todos e deu por terminada a presente sessão, às dezanove horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----


Bernardino Pires Dias
Paula Cristina Ribeiro Gonçalves



Moção

PORTAGENS NAS AUTOESTRADAS A23 e A25

Os eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, pretendem através desta Moção repudiar veementemente a decisão do Governo do PS e da Assembleia da República, relativamente à questão das portagens na A 23 e A 25, com a aprovação de uma redução de 50% do valor das portagens nas ex-SCUT.

Hoje, como já em 2004 quando o Governo do PSD liderado pelo Dr^o Pedro Santana Lopes, anunciou publicamente a intenção de efectivar o pagamento de portagens nas SCUTS, mantemo-nos coerentes com os nossos princípios e acima de tudo na intransigência da defesa dos interesses do interior e das nossas gentes.

A responsabilidade da introdução de portagens nas autoestradas em regime de SCUT, atravessa transversalmente tanto o PS como o PSD e respectivos Governos, sendo verdade que em 2010 foram introduzidas as portagens nas SCUT, com um governo do Partido Socialista, liderado pelo Eng^o José Sócrates, respeitando uma exigência expressa do PSD de Passos Coelho, para viabilizar a aprovação do Orçamento de Estado para 2011, esquecendo todos, o propósito que norteou a construção das SCUT, nos tempos do Governo do PS liderado pelo Eng.^o António Guterres em 2000:

“As SCUT têm como objectivo dotar o interior do País de uma infraestrutura rodoviária, com perfil de autoestrada, que facilite uma ligação mais rápida segura e cómoda dessas regiões ao resto do País e à Europa”

Não aceitamos hoje, como em 2004, que se subverta tudo o que favorece o interior e se continue de forma absolutamente despudorada a favorecer o litoral e os grandes centros urbanos.

Prova inequívoca do que afirmamos, é por exemplo a medida tomada pelo actual Governo da redução significativa do preço dos passes em Lisboa e

no Porto, que nos parece positivo pois tem como objectivo promover a utilização dos transportes públicos reduzindo assim a emissão de gases, mas em contrapartida, o mesmo Governo permite que um estudante da freguesia de Fratel pague 120.25 euros para se deslocar a Castelo Branco dispondo apenas de um autocarro de manhã e outro à tarde.

Trocaram claramente a discriminação positiva pela assimetria negativa.

Não fosse o Município de Vila Velha de Ródão pagar 50% deste valor a todos os estudantes inclusivamente do ensino superior, provavelmente muitas famílias passariam por enormes dificuldades.

Defendemos, pois, hoje como em 2004, a abolição total das portagens porque:

O pagamento de portagens contraria todo o espírito de solidariedade para com o interior e de apoio ao seu desenvolvimento.

A A23 não é apenas uma autoestrada, mas sim mais um factor decisivo para o desenvolvimento do interior.

A A23 não pode ser apenas mais um negócio gerador de receitas. Ela representa um benefício, um investimento no interior e nas suas gentes, que ao longo de anos e décadas viram o resultado do seu esforço e da sua resiliência, serem sistematicamente utilizados noutras paragens.

A A23 é um dos muitos contributos que o País deve ao interior e a todos aqueles que se acham no direito de viver e desenvolver as terras que os viram nascer.



Os assinantes da Moção:

Amosua

Demétrio Antunes *foxi*
Heaven

[Signature]

[Signature]

Roma

Autosomus

[Signature]

B. Dias

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Moção

Depois de uma luta de muitos anos por parte das populações do distrito de Castelo Branco e da de várias outras regiões do país, no âmbito das votações na especialidade do Orçamento do Estado para 2021, as propostas do Partido Social Democrata de aplicação de um desconto de 50% no valor da taxa de portagem em cada transação em várias autoestradas - sendo de 75% o desconto para veículos elétricos e não poluentes - foram aprovadas com os votos favoráveis do PSD, do CDS-PP, do BE e do PCP. O PAN absteve-se tendo o Partido Socialista votado contra, isto depois de andar há muitos anos e sempre que há eleições, a prometer a eliminação das taxas das portagens aos eleitores do distrito.

Em causa estão as autoestradas A22, A23, A24 e A25, em que a redução se aplica já a partir de janeiro, sendo que, no caso da Costa de Prata, do Grande Porto e do Norte Litoral a redução entrará em vigor a 1 de julho do próximo ano.

De salientar que, apesar do referido, a Federação Distrital do PS do distrito de Castelo Branco veio saudar publicamente iniciativa do PSD, que culminou com a redução das portagens na A23 e na A25, prometendo continuar a lutar pela eliminação dos pagamentos nestas duas vias.

Considerando que a redução e posterior eliminação das portagens na A23 é uma antiga e legítima aspiração de toda a população, mostrando-se as mesmas como um importante fator de condicionamento do desenvolvimento económico e social do nosso concelho e de todo o interior, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão congratula-se com a aprovação na Assembleia da República - pelo PSD, CDS-PP, BE e PCP - da proposta de alteração orçamental apresentada com esse objetivo, acrescentando ter a convicção de que, as legítimas aspirações do distrito em matéria de igualdade e coesão territorial, só estarão cabalmente cumpridas quando, entre outros objetivos, for concretizada a abolição integral das portagens para todos os residentes e para as empresas aqui sedeadas.

Vila Velha de Ródão, 18 de dezembro de 2020

Os membros da Assembleia Municipal da Coligação "Novo Rumo"

*Ylvia Cristina, Herculano Gie
José Gonçalves
Paulo Roberto*

Vila Velha de Ródão